

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.418 - PR (2019/0016134-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CURITIBA

**PROCURADORE : HELOISA HELENA DE OLIVEIRA SOARES - PR021415
S**

**AGRAVADO : ANA BEATRIZ BALAN VILLELA E OUTRO(S) - PR031401
: CONSTRUCT CONSULTORIA DE PROJETOS E
CONSTRUÇÕES LTDA**

ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo **Município de Curitiba**, desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que negou seguimento ao recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (I) as teses suscitadas no apelo especial demandariam novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ; e (II) falta do necessário prequestionamento, incidindo o óbice da Súmula 282/STF.

É o relatório.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, que as teses suscitadas, no apelo especial, demandariam novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ e que incide ao caso o óbice da Súmula 282/STF, limitando-se a reeditar os mesmos argumentos apresentados no recurso inadmitido.

Ressalta-se que, apesar de fazer menção ao verbete sumular nº 7/STJ (discorrendo, genericamente, sobre a aplicação da legislação tida como violada), a parte agravante não declinou os motivos pelos quais, no seu entender, o referido óbice não seria aplicável ao caso concreto.

Incide, desse modo, a Súmula 182/STJ ("*É inviável o agravo do art. 545*

do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.").

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (acórdãos pendentes de publicação).

Diante do exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

